

OS CONFLITOS “ÉTNICOS” NA ÁFRICA

CONFLICTS “ETHNIC” IN AFRICA

Alfa Oumar Diallo¹

RESUMO: A África em geral, e alguns países em particular, naufragou em conflitos internos, dos quais as fontes principais são a terra e a água. Algumas ideias espalhadas sobre o continente africano devem ser postas em causa. O fato é que os conflitos que levam o rótulo étnico na África quase não têm nada de étnico. São lutas para conquistar ou conservar o poder, se necessário for por todos os meios.

Palavras-chave: Conflitos; Etnia; África

ABSTRACT: Africa in general, and some countries in particular, sank in internal conflicts, of which the main sources are the land and water. Some ideas scattered on the African continent should be called into question. The fact is that the conflicts that take the ethnic label in Africa have almost has nothing of ethnic causes. They are struggles to win or retain power, by all means necessary.

Keywords: Conflicts. Ethnic. Africa.

¹ Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor do Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal da Grande Dourados/MS. Email: AlfaDiallo@ufgd.edu.br.

Introdução

A etnicidade não é normalmente a causa principal dos conflitos em África, mas antes um meio utilizado pelos líderes políticos para mobilizar os seus apoiantes em busca de poder, riqueza e recursos (Clement Mweyang Aapengnuo).

A África em geral, e alguns países em particular, naufragou em conflitos internos, dos quais as fontes principais são a terra e a água. Estes conflitos recorrentes afetam geralmente países cuja prosperidade é ou foi a cobiça de vários estrangeiros sobre o seu solo por razões econômicas, e que não são mais atrativos. Deste contato, é evidente que a escassez das riquezas em certas zonas e o crescimento da pobreza conduz à dificuldade de gestão das fontes econômicas que são a terra e a água.

Estas principais fontes econômicas são vitais para todo ser humano. Geri-las de maneira equitativa e duradoura constitui um objetivo essencial ao qual as políticas, pesquisadores e tradicionalistas não encontram soluções idôneas apesar dos seus esforços diários. Obviamente, estes recursos econômicos e vitais colocam certos grupos em estado de exclusão e alimentam a corrida dos indigentes, fatos que atizam os conflitos. O direito do solo, direito tradicional ou moderno não tem sido suficiente para regular a questão das terras.

A diversidade do que é chamado correntemente “guerra” deve sublinhar-se primeiro. Da guerra de gangs à guerra mundial, todas as escalas existem; não vai ser diferentemente “dos conflitos”, cuja maior parte não degenera em lutas armadas. A esta diversidade acrescenta-se a do continente africano.

Algumas ideias espalhadas sobre o continente africano devem ser postas em causa. O fato é que os conflitos que levam o rótulo étnico na África quase não têm nada de étnico. São lutas para conquistar ou conservar o poder, se necessário for por todos os meios. Coisa fácil a compreender quando consideram-se os privilégios associados ao poder, notadamente a gestão dos recursos do Estado. As autocracias africanas que se embalam de ilusão democrática, o poder representa o meio mais fácil para ter acesso à riqueza e ao prestígio.

O Estado-nação é uma importação colonial na África. As entidades políticas pré-coloniais funcionavam ao redor de um centro, sem conhecer a noção de fronteira como linha. Mas as etnias são também criações coloniais, e, sobretudo a sua dimensão territorial. Explicar os conflitos africanos por meio do fenômeno étnico, em contraponto à noção de “nação” é por

consequente um contrassenso. A etnia não existe em si, é uma construção histórica, e etnias continuam sendo criadas hoje (ver o caso da etnia Nibolek em Brazzaville). É uma grelha de leitura fácil *a posteriori*, mas que oculta a realidade e os fatos novos.

Conflito “Étnico”: uma noção cômoda

A problemática construtiva da etnia está ligada à questão da reapropriação. Ela pode ser definida como um fenômeno de retroação (*feedback*) dos enunciados étnicos sobre os atores sociais. Ela diz respeito à produção de identidades locais a partir do que V.Y. Mudimbe chamou de biblioteca colonial e se aplica notadamente ao caráter colonial das categorias étnicas.

A etnicidade não é obrigatoriamente o fato gerador dos conflitos na África, mas sim um argumento utilizado pelos políticos para mobilizar os seus apoiadores em busca de poder, riqueza e recursos. Se, por um lado, o grupo étnico é a forma predominante de formação de identidade social na África, a maior parte dos grupos étnicos coexiste pacificamente, verificando-se os altos níveis de mistura étnica através de casamentos interétnicos, parcerias econômicas e valores comuns. De fato, se assim não fosse, quase todas as aldeias e províncias africanas seriam um poço de conflitos.

A noção de conflito étnico é uma noção cômoda, particularmente para aqueles, que no Ocidente, desempenham um papel que determina a paz nos lares africanos. Porque trata-se de uma noção que permite ocultar as responsabilidades de uns e outros no surgimento dos referidos conflitos. Pode-se, por exemplo, pensar nas alianças econômicas das quais fala Jean-Pierre Campanha², isto é, aquelas que mantêm os ditadores africanos com as potências ocidentais e as suas multinacionais. Estas alianças permitem aos homens fortes dos países africanos consolidarem o seu poder ao despeito do sofrimento das suas populações. Um caso clássico: a Nigéria. O país é o 7º produtor mundial de petróleo e as suas jazidas são concentradas no delta do Níger, uma região que vive essencialmente da agricultura (BANGOURA, 2006).

Contudo, o fórum econologie.com apresenta o seguinte retrato da região: a poluição devida às fugas de hidrocarbonetos é tal que a terra e a água sujas prejudicam a agricultura, a pesca, e o consumo. O ar é poluído pela queima dos gases e as chuvas ácidas prejudicam o

² Liberação, segunda-feira 7 de janeiro de 2008, Paris.

solo e a floresta. Esta situação compromete a saúde pública, mas também questões sociais porque o desemprego é crescente nestas regiões onde os homens não podem mais trabalhar nos campos ou na pesca. Para além destes dramas, as populações desta região são simplesmente esquecidas pelo governo central. Não existe água potável, estradas, eletricidade, escolas ou hospitais dignos deste nome... e a escassez de gasolina é repetitiva! Em Outubro de 1995, ao final de um processo falsificado, o poder nigeriano condenou e executou o escritor ecologista Ken Saro-Wiwa e oito dos seus companheiros que denunciavam o tratamento que as petroleiras reservavam à região e às suas populações. No entanto, quando vivas tensões recomeçaram em agosto de 2003 na região, os jornais e outros meios de comunicações falaram em confrontações étnicas que opõem os Ijaws aos Itsekeri, com um silêncio total sobre a deterioração das condições de vida criadas e acentuadas pelo conluio entre as petroleiras e o governo de Abuja.

Mas tem algo de mais fundamental, porque estrutural, como ilustra a atual crise alimentar e as manifestações às vezes violentas que acontecem ao redor do mundo. Curiosamente, durante as últimas décadas, a produção alimentar mundial foi mais rápida que o crescimento da população, de modo que peritos consideram que as práticas agronômicas atuais, mesmo sem novos investimentos, poderiam alimentar cerca de 10 bilhões de pessoas até 2050. No entanto, a fome não cessou de aumentar. Jean Ziegler recorda que entre “1995 e 2004, o número de vítimas da subalimentação aumentou de 28 milhões”. No mês de abril de 2008, protestos populares ocorreram no Terceiro Mundo, de Haiti na Indonésia passando por muitos países africanos. Recorda-se que o problema não está na produção alimentar, mas na descapitalização das populações devido a um aumento insustentável dos preços dos gêneros alimentícios. Na África, as famílias consagram em média 60 a 70% dos seus rendimentos ao alimento. Quando o preço de um quilograma de gêneros básicos duplica ou triplica de repente, é como se retirava à família a metade ou os dois terços dos seus rendimentos (DOZON, 2008).

É preciso notar que muitos países africanos que hoje sofrem da fome conheciam nos anos 1970 a autossuficiência alimentar. Mas forçados pelos organismos internacionais que desejavam torná-los solventes, os levaram a abandonar as culturas alimentares em proveito da agricultura industrial destinada à exportação. Já, o argumento da solvabilidade não funcionou, dado que rapidamente os preços de produtos como o café ou o cacau caíram notavelmente no mercado internacional o que reduziu consideravelmente os rendimentos dos Estados

exportadores. Assim sendo a crise diminuiu drasticamente a sua capacidade de assegurar as suas responsabilidades sociais, pagar os seus créditos nacionais e internacionais e mesmo pagar os seus funcionários.

Assim, países que podia alimentar-se se tornaram mais pobres, mas, além disso, mais reduzidos à importação de gêneros de primeira necessidade. Ora a demanda energética mundial atual que eleva os preços do combustível sempre para novos patamares tem um impacto direto no custo de produção e distribuição dos alimentos, mas também desvia uma boa parte de produção agrícola para as petroleiras. Considera-se, com efeito, que 100 milhões de toneladas de cereais são utilizados cada ano para produzir biocarbonetos. Em suma, todos os fenômenos, ou seja, o aumento dos custos de produção e o aumento da demanda em produtos básicos como o milho, o trigo, o arroz traduzem-se no aumento dos preços (em muitos países africanos, o preço do arroz subiu mais de 75% em ano), o que acentua a descapitalização das populações já seriamente vulneráveis. Mas o verdadeiro problema para os países africanos é o abandono das culturas alimentares e a sua anemia financeira orquestrada nas capitais ocidentais nos anos 1980 (MATHIEU *et al.*, 1998).

Os fatores de identidade são muitos, mas as três principais sobre os quais se estendem formas mais trágicas da discriminação e do racismo são: a raça, a pertença étnica e a religião herdada. As cruzadas medievais e jihad modernos, a escravidão assim como o shoah, os genocídios armênios ou ruandeses, matanças do Darfur ou os crimes cometidos no Kosovo, na Croácia e a Bósnia Herzegovina nos anos 1990, são apenas algumas dos vestígios sombrios da história da humanidade da qual as bases foram a raça, a religião herdada ou a pertença étnica. É necessário sublinhar isto: embora cada um destes fatores seja em si potencialmente catalisador de explosão, chega bem frequentemente que vários cruzam-se, recortam-se em contextos socioeconômicos específicos e deixam então exprimirem-se aos instintos mais sombrios da condição humana (MIRANDA, 2004).

Segundo Yann Bedzigui *in* les conflits en Afrique: a compreensão do conflito do Darfur assim como os outros conflitos africanos não repousa somente na dimensão interna, mas sobre muitos fenômenos tais como as tensões internas e a ingerência dos países vizinhos. Ele continua afirmando que a relação entre recursos naturais e a eventualidade de crises nos países africanos é evidente e difuso. Nos meus três estudos de casos, a riqueza do subsolo constitui um dado importante tanto na República Democrática do Congo (minérios, diamantes, madeiras) quanto no Sudão (petróleo) ou na Costa de Marfim (cacao).

Assim por exemplo do drama dos Balcãs nos anos 1990. Ainda que falou-se abundantemente “de limpeza étnica”, podia muito ter sido chamado igualmente de outra forma. A observação seguinte de Bernard Cloutier³ na sua nota sobre os Balcãs é absolutamente relevante: “embora os albaneses sejam diferentes dos Sérvios no plano étnico, parece que é a sua fé muçulmana antes que a sua língua ou os seus antepassados que faz deles candidatos à eliminação, como era o caso dos muçulmanos bósnios e dos Croatas católicos”. O argumento segundo o qual a Sérvia privada das igrejas e mosteiros ortodoxos consagrados que estão situados no Norte do Kosovo recorda o espírito que lançou as cruzadas medievais para salvar as Terras Santas! Com efeito, Cloutier é antes categórico: “Chegou à Bósnia Herzegovina então a chamada ‘limpeza religiosa’”.

Diga-se de passagem, que os beligerantes, nestas crises africanas, são geralmente equipados por uma artilharia que provem do ocidente. Tantas realidades são mascaradas pelas leituras étnicas. Do golpe às guerras civis, compreende-se que seja tão cômodo e mesmo confortável para o Ocidente vestir os conflitos africanos do rótulo étnico.

Etnicidade, mobilização étnica e conflito

A etnicidade tornou-se uma questão crucial durante as recentes eleições no Quênia devido à luta política pelo poder que exacerbou os fortes sentimentos étnicos com o fim de mobilizar apoios. A etnicidade, no entanto, não foi o motor autônomo desta violência pós-eleitoral. Apesar da permanência de Daniel Arap Moi no poder durante 25 anos com base num governo apoiado por uma minoria étnica; ele imprimiu uma identidade de grupo à política do Quênia, verificando-se muitos casos de cooperação entre os vários grupos. O exemplo mais evidente foi a formação da União Nacional Africana do Quênia (Kenya African National Union, KANU) pelos Kikuyu e os Luo nos anos 60 com o objetivo de lutar pela independência, bem como a criação da Coligação Nacional Arco-íris (National Rainbow Coalition, NARC), cujo objetivo era pôr fim ao controle do poder por um partido único, que ocorreu em 2002. Na verdade, a cooperação intergrupar é a norma e não a exceção. O casamento interétnico é comum e muitos jovens quenianos, especialmente em zonas urbanas, cresceram identificando-se, em primeiro lugar, como quenianos e apenas em segundo lugar como membros de uma etnia. Não queremos sugerir que não existem tensões de base étnica,

³ Disponível em: <<http://berclo.net/inden.html>>. Acesso em : em 01 fev. 2008.

mas sim afirmar que o banho de sangue pós-eleitoral de 2007-08 não foi uma explosão inevitável do ódio sectário (LUGAN, 2009).

No Ruanda, os casamentos entre Hutus e Tutsis têm sido tão frequentes que nem sempre é fácil distingui-los fisicamente. Falam a mesma língua e partilham a mesma crença religiosa. Na verdade, a identidade étnica estava intimamente associada à ocupação (agricultura ou pastoreio) e a identificação étnica podia mudar ao longo do tempo se houvesse mudança de ocupação. A violência no Ruanda tem sido motivada, em geral, por questões de recursos e poder. A manipulação política destes fatores geradores de conflito levou ao bem-orquestrado genocídio de 1994. Políticos, demagogos e meios de comunicação social utilizaram a etnicidade como argumento para angariarem apoio popular e como meio de eliminar os adversários políticos (quer Tutsis, quer Hutus moderados).

No Gana, em 1979, o governo militar do General I.K. Acheampong decidiu confiar todas as terras da região norte a quatro dos dezessete grupos étnicos autóctones que viviam nessa zona. Na época os militares procuravam obter o apoio da população em relação a um governo de partido único. Dado que a proposta foi sujeita a referendo nacional o governo precisava de um voto “Sim” do norte em oposição ao voto “Não” do sul. O que se passou com as terras foi resultado de um acordo com políticos do norte com o objetivo de obter o seu apoio e foi um momento decisivo na mobilização de grupos étnicos, tais como os Konkomba e os Vagla, em nome do desenvolvimento das suas zonas. Os primeiros atos de violência intercomunitária iniciaram pouco depois – e a violência prolongou-se pelos quinze anos seguintes, culminando na Guerra Guínea Fowl de 1994-95, na qual morreram cerca de 2.000 pessoas. Durante esse período ocorreram no norte do Gana mais de 26 conflitos intercomunitários motivados por questões de terras (recursos) e de chefia (poder) – todos caracterizados como conflitos étnicos (MATHIEU *et al.*, 1998).

Uma classificação deste gênero – quer no Gana, quer em muitos outros países africanos – constitui uma simplificação exagerada. O fato é que muitos estudiosos de questões relacionadas com o desencadear de conflitos consideram que a distinção de tipo étnico não tem qualquer base na realidade. Com frequência, é a politização da etnicidade que, ao gerar uma sensação de injustiça, ausência de reconhecimento e exclusão, que constitui a fonte do conflito, e não a etnicidade em si mesma. A interpretação errônea dos conflitos na África como sendo conflitos étnicos ignora a natureza política das questões que geram as tensões. As pessoas não se matam umas às outras devido a diferenças étnicas; matam-se quando se

promove a ideia de que essas diferenças são uma barreira ao progresso e à oportunidade. Note-se que a susceptibilidade de algumas sociedades africanas em relação a este tipo de manipulação por parte de políticos oportunistas faz ressaltar a fragilidade do esforço de construção nacional no continente.

As escolhas políticas dos Estados criam, em muitos casos, as bases da mobilização étnica. Por outras palavras, os “conflitos étnicos” ocorrem frequentemente em sociedades multiétnicas subdesenvolvidas, quer quando o comportamento do Estado parece ser dominado por um dos seus grupos ou das suas comunidades, quer quando as comunidades se sentem ameaçadas de marginalização, quer quando não existe um meio de reparação das injustiças. A lógica e a mobilização étnicas ocorrem em consequência do acesso não equitativo ao poder e aos recursos, e não do ódio intrínseco (HOBSBAWM, 2002).

Exemplo disso mesmo são as erupções de violência periódicas que envolvem cristãos e muçulmanos em Jos, a capital de população altamente diversificada do Estado da planície na região “middle-belt” na Nigéria. Esta violência é normalmente classificada como conflito de base comunitária. Esta classificação, no entanto, não leva em consideração alguns dos aspectos institucionais do sistema federal da Nigéria, os quais são geradores de violência. Os governos, federal e municipal, têm uma enorme influência neste sistema e controlam cerca de 80% do PIB do país. Para além do que este fato representa relativamente à alocação de recursos, os governos locais são responsáveis pela classificação de cidadãos enquanto “indígenas” ou “colonos”. Os “colonos” não podem aceder a certos cargos no governo a nível estadual, não lhes são atribuídos subsídios de escolaridade pública, nem podem ser proprietários de terras. No Estado da planície isto significa que os muçulmanos que falam a língua Hausa são classificados como “colonos” mesmo quando as suas famílias habitam na região há gerações. As tensões continuadas e por vezes violentas que resultam desta situação são previsíveis⁴.

Limites institucionais à mobilização étnica

O reconhecimento de que a etnicidade é um instrumento, e não a força motivadora, dos conflitos entre diferentes grupos deve concentrar a nossa atenção nos fatores políticos que desencadeiam o conflito. Para, além disso, o fato de existir uma fase de mobilização na

⁴ QUESTIONS INTERNATIONALES. Les conflits en Afrique. *La Documentation française*, Paris, n° 5, janvier-février, 2004.

evolução para o conflito faz sobressair o valor de intervenções que precedam o momento em que as emoções são atiçadas. Instituições e estruturas estatais que refletem a diversidade e o respeito pelos direitos das minorias, bem como a partilha de poder e o sistema de controles institucionais (‘checks and balances’), reduzem a sensação de injustiça e de insegurança que facilita a mobilização étnica. O sistema judicial é um fator chave. Nas sociedades em que as instituições públicas não aplicam a justiça existe uma maior probabilidade dos grupos recorrerem à violência para resolver danos e injustiças. No entanto, uma sociedade justa vai além do sistema legal. Para evitar os abusos do poder do Estado é necessário que haja uma verdadeira separação de poderes e um Estado de Direito. Tais medidas impedem que os funcionários do Estado utilizem o seu poder para beneficiar os grupos étnicos a que pertencem em detrimento de outros grupos. Em grande parte da África é o poder executivo, e não o poder legislativo, que estabelece a maior parte das políticas relativas à terra. Invariavelmente, o grupo étnico do Presidente beneficia destas políticas.

No Quênia os Kikuyu utilizaram a influência política e econômica que tinham durante o regime de Kenyatta para estabelecer empresas compradoras de terra que facilitaram o estabelecimento de centenas de milhares de Kikuyu no Rift Valley durante os anos 60 e 70. Por outro lado, um sistema legal justo cria um ambiente em que as organizações civis se agrupam em torno de questões de interesse comum, tais como o desenvolvimento, a responsabilização e os direitos humanos, questões essas que transcendem filiações étnicas. Isto, por sua vez, facilita a comunicação intergrupala. Associações empresariais, sociedades comerciais e profissionais, clubes desportivos e grupos de artistas, entre outros, constituem organismos sociais que podem atravessar fronteiras étnicas e envolver o governo de forma produtiva.

Os sistemas eleitorais e as eleições constituem outra área de foco de tensões. As eleições em si mesmas não estabelecem necessariamente as bases de um sistema estável. Pelo contrário, podem até ser uma fonte de tensão e violência étnicas. A prática de eleger um vencedor absoluto num Estado multiétnico e subdesenvolvido no qual o governo controla a maior parte dos recursos transforma o resultado das eleições numa questão de vida e morte. Assim, é importante que os sistemas eleitorais sejam independentes do controle político. Uma das diferenças verificadas entre as recentes eleições no Quênia e no Gana residiu na independência, e na persistência, da Comissão Eleitoral do Gana. Para, além disso, uma vez os resultados eleitorais validados pela Comissão Eleitoral do Gana os grupos privados

puderam levar ao tribunal queixas relativas a irregularidades cometidas. Estes diferentes níveis de responsabilização deram ao povo do Gana confiança no seu sistema eleitoral apesar dos resultados das eleições de 2008 não terem apresentado diferenças significativas.⁵

A Comissão dos Direitos Humanos e Justiça Administrativa do Gana (*Commission for Human Rights and Administrative Justice* - CHRAJ) constitui outro mecanismo institucional útil na resolução dos conflitos étnicos. Apoiada por uma Lei Constitucional (Lei 456), a CHRAJ foi mandatada em 1993 para “investigar reclamações de violações de direitos e liberdades fundamentais nos setores, quer público, quer privado, bem como investigar queixas de injustiça administrativa, abuso de poder e tratamento injusto de pessoas por parte de funcionários públicos no exercício dos seus deveres oficiais”. A Comissão também foi mandatada para “educar o público sobre os seus direitos e liberdades fundamentais, bem como sobre responsabilidades mútuas”. Pela primeira vez o povo do Gana passou a poder exigir responsabilidades ao governo, bem como ver as suas reclamações imediatamente deliberadas a nível local. A formação da Comissão aconteceu, após 12 anos de regime militar e início de uma nova ordem democrática. Para além do mandato constitucional, foi obtido financiamento para apoiar a administração da CHRAJ a nível nacional, regional e distrital. O fato de o Comissário ser independente de qualquer influência por parte do poder executivo deu à Comissão uma grande credibilidade. Este aspeto também diferencia a CHRAJ em relação a comissões semelhantes em outros países. Desde o seu estabelecimento, a Comissão tem resolvido casos de alta complexidade envolvendo ministros do governo, demissões ilegais em que esteve implicado o Inspetor Geral da Polícia, e o confisco de bens pessoais. Em cada um destes casos complexos o tribunal decidiu a favor da Comissão (DOZON, 2008).

Organizações religiosas e Organizações Não Governamentais (ONG) locais têm divulgado as mensagens da CHRAJ junto à população através de workshops e seminários, bem como através do apoio às comunidades na apresentação das suas reclamações junto à Comissão. O estabelecimento deste órgão, bem como a educação e a alocação de recursos, levou o povo do Gana a reconhecer o valor do Estado de Direito e de uma resposta rápida às suas reclamações a nível comunitário, distrital e regional.

⁵ QUESTIONS INTERNATIONALES. L’Afrique en mouvement. *La Documentation française*, Paris, n° 33, septembre-octobre, 2008.

As lutas pelo poder chamadas de conflitos étnicos

A vida diária provoca várias tensões entre indivíduos ou grupos de pessoas. Quando elas não são aceitas, satisfeitas, elas podem provocar conflitos violentos. Alguns destes conflitos são considerados de ordem étnica ou tribal.

O ensaísta canadense Jacques Gélinas (1994) observava com precisão: “no Terceiro Mundo, é só chegar nas estruturas do Estado para ficar milionário, ou mesmo bilionário”. O relator especial das Nações Unidas, Jean Ziegler (2002), encontrou uma brilhante formulação: “Uma regra estranha parece orientar às despesas sumptuárias dos governantes da África, da Ásia e da América latina: quanto mais pobre e mais endividada é o seu país, mais luxuoso é a opulência na sua vida pessoal, da sua família e dos seus cortesãos”. Falando do drama econômico da Costa de Marfim nos anos 1980, o autor Philippe David (2000) nota que os governantes e seus subalternos se permitiam de celebrar com champanhe muito caro às custas do Estado. São lá fatos que permitem compreender que certas tensões provocam lutas sangrentas, dado que de um lado, os detentores do poder penduram-se com ferocidade e os aspirantes ao poder agem às vezes com uma cruel determinação. Falando do episódio queniano, Jean-François Bayart que é investigador ao CNRS escreve com precisão: “Privilegiar a leitura tribal do conflito, é não compreender a sua dimensão política, por exemplo a instrumentalização das paixões de identidades para fins de restauração autoritária. E diria mais, que é não compreender a dimensão econômica cuja política é o veículo”.

Se as lutas encontram a sua explicação na apropriação para fins pessoais dos recursos nacionais que permitem o acesso ao poder, as análises econômicas das confrontações interétnicas como as de Hakim Ben Hammouda (1995) sobre o Burundi constituem um ponto de partida interessante. Mas é conveniente desconfiar-se das análises etnográficas como a de Philippe Gourevitch (1998) sobre o genocídio ruandês que tendem a sugerir que os conflitos atuais sejam apenas a ressurgência implacável de um ódio original. O fato é que este tipo de leitura reavive os dramas que uma direção única do tempo torna simplesmente impossível de desfazer. Certamente, a história deve informar o presente, na medida em que pode permitir identificar os mecanismos que instauraram o horror para evitar a sua reprodução. Mas encarar o drama histórico em si mesmo como parâmetro absoluto na resolução de um conflito atual, equivaleria em alimentar a tensão e alimentar a desconfiança. A história em si, é por natureza simples e dispõe desta tendência em colocar de um lado os agressores e do outro as vítimas.

Esta simplificação contribui para manter nos espíritos uma dicotomia mais ou menos desconectada da realidade, e assegurar, sobre fundo de reivindicação por reparação de um lado e de negação do outro lado, um denso clima de suspeita. Porque tende com efeito, em reivindicar um desequilíbrio estrutural instaurado pelo drama histórico, que impôs aos descendentes dos agressores da época preencherem as lacunas provocadas pelos seus pais. Já, tal raciocínio é desconcertante. E é a justo título que Ricœur (2000) alertava contra “a injunção de recordar-se” e preconizava uma política “da justa memória”. Mas é mais perturbador ainda, quando deveria se tornar a suspeita história como um parâmetro obrigatório: a pluralidade mesmo da sua leitura e, por conseguinte a pluralidade mesmo da memória, ou seja, o seu caráter seletivo que não temos como dissociar os interesses frequentemente contraditórios de uns e outros que são recordados. Por conseguinte, aceitando ao mesmo tempo historicidade de um drama, os protagonistas não se recordam exatamente da mesma coisa nem da mesma maneira e mais ainda pelas mesmas razões.

Se os conflitos africanos são então antes econômicos do que étnicos, como explicar o que sejam grupos étnicos que se enfrentaram na maior parte dos casos? Hutus e Tutsis no Ruanda assim como no Burundi vizinho. Kikuyus e Luos no QUÊNIA. Zaghawas e Árabes no Darfur ou ainda os Ijaws e Itsekeri na Nigéria, etc. É lá uma pergunta central que abordo. Longe de querer avançar sobre o terreno de uma análise do tipo neomarxista, desejo propor simplesmente a hipótese sagrada do fator identidade por defeito cujos termos foram apresentados supra e cuja validade excede o quadro africano (LACEY, 2004).

Um estudo realizado por David (2000), classificou os conflitos fundiários em cinco grupos de acordo com as suas características:

- 1) Os conflitos entre os pais para a herança, a divisão da exploração ou a valorização das culturas perenes;
- 2) Os conflitos entre cedentes (autóctones) e cessionários (estrangeiros) devido a cláusula contratual;
- 3) Os conflitos entre cessionários e herdeiros na ausência de cláusula legal escrita;
- 4) Os conflitos sobre os limites de parcelas rendidos devido ao defeito de delimitação;
- 5) Conflitos entre criadores e agricultores ligados aos estragos causados pelos animais livres nas plantações locais.

Prioridades na mitigação dos “conflitos étnicos” na África

Repensar os conflitos étnicos como lutas políticas pelo poder e por recursos poderiam mudar a nossa forma de pensar sobre estratégias de resolução. Ao invés de aceitar o conflito de identidade como uma característica inevitável do ambiente étnico altamente diverso na África, poderão ser feitas várias intervenções preventivas de política.

No centro dos conflitos étnicos está a relação entre os grupos étnicos e o Estado na busca de segurança, identidade e reconhecimento. A forma como o Estado lida com estes interesses e necessidades vai determinar o nível dos conflitos de identidade. Um sistema legal integrado que respeite os direitos das minorias proteja as minorias do abuso de poder por parte do Estado e assegure que as suas reclamações sejam consideradas com seriedade, reduz as possibilidades de mobilização étnica. Entre outros requisitos, um sistema deste tipo exige o acesso equitativo a postos do funcionalismo público e de outros serviços providos pelo Estado. A participação das minorias em cargos de liderança e do setor de segurança é um fator-chave no que diz respeito a cargos estatais. O setor militar pode constituir uma instituição unificadora e criadora de laços entre grupos étnicos, ajudando a forjar uma identidade nacional para todas as etnias, oferecendo aos jovens a oportunidade de viajar e de habitar em vários locais do país, e permitindo às minorias avançarem para posições de liderança com base em critérios de mérito. A diversidade no setor de segurança também produz benefícios tangíveis dado que as forças policiais representantes de etnias estão associadas a menores níveis de conflito em sociedades diversificadas.

O historiador Bernard Lugan na sua obra: “Les guerres d’ Afrique: des origines à nos jours” (2013) defende que a maioria dos conflitos africanos apresentam uma dupla característica: 1) inicialmente internos aos Estados, eles se desenvolvem por razões políticas com base étnica; 2) depois, somente depois, e sempre num segundo momento, fatores econômicos (ou religiosos) podem lhes ampliar, prolongar ou complicar; mas trata-se somente de efeitos secundários; uma infecção generalizada do machucado.

As eleições são outro fator de potencial violência no que diz respeito aos incidentes de base étnica – e são, portanto, uma prioridade no processo de resolução da violência. É evidente que as eleições oferecem aos políticos a oportunidade de manipularem a questão das diferenças étnicas. O estabelecimento de uma comissão eleitoral independente e representativa, dirigida por indivíduos absolutamente íntegros, pode impedir que estas

estratégias funcionem. Como se viu no Gana e em outros países, a eficácia de uma comissão eleitoral competente pode fazer uma enorme diferença para evitar a violência étnica. As comissões eleitorais independentes podem também estabelecer regras eleitorais que recompensem candidatos que formem coligações inter-regionais e intergrupais (e que até o exijam). Assegurar que as jurisdições eleitorais não coincidam com fronteiras étnicas é um dos componentes de uma tal estratégia (DAVID, 2000).

A experiência do Gana com a CHRAJ oferece ainda outras lições no que diz respeito às respostas institucionais com vista à mitigação das tensões étnicas. A CHRAJ foi uma entidade governamental acessível e responsável pela documentação e reconciliação das demandas de base étnica. A criação de variantes da CHRAJ em outros países africanos permitiria que estas constituíssem pontos de primeiro contato para grupos minoritários que se sentem prejudicados. Uma tal comissão de direitos humanos seria encarregada de ser “ombudsman”⁶, investigando e minorando conflitos entre os vários grupos ao nível local. Ser-lhe-ia dado acesso e poder convocatória de forma a poder utilizar os recursos de todas as outras entidades governamentais que tenham um papel a desempenhar na resolução do conflito. Desta forma, o “ombudsman” dos direitos humanos seria um mecanismo oficial ao quais indivíduos e comunidades poderiam se dirigir de forma proativa com vista à resolução de divergências entre grupos. Dada a natureza das suas funções, e a necessidade de conquistar a confiança e o apoio das populações locais, os representantes do “ombudsman” de direitos humanos teria que estar acessível, a nível local, em todas as regiões potencialmente voláteis do país⁷.

Reforçar as normas sociais positivas

A médio e longo prazo a redução da possibilidade de utilizar a etnicidade para fins políticos exige uma reorientação das normas culturais. Campanhas sociais de marketing que promovem os temas de unidade nacional, cooperação intergrupar e a “força da diversidade”

⁶ Palavra de origem sueca que designa o ouvidor das organizações ou aquele que representa os interesses do público. Geralmente define aquela pessoa que recebe, analisa, interage internamente e responde as reclamações e sugestões. Pelo caráter de imparcialidade da atividade, ela é regulamentada no Brasil pela Associação Brasileira dos Ouvidores Ombudsman, já que normas de conduta e ética devem ser seguidas. Este profissional tem como missão intermediar a comunicação entre o público e a organização, ouvindo as reclamações e necessidades e defendendo seus interesses quando pertinente. Deve atuar de forma prática e não somente “ouvir”.

⁷ QUESTIONS INTERNATIONALES. L’Afrique en mouvement. *La Documentation française*, Paris, n° 33, septembre-octobre, 2008.

podem enquadrar a narrativa étnica de uma forma positiva, tornando assim mais difícil aos políticos divisionistas manipular as diferenças com o propósito de mobilizar apoios. Uma tal estratégia de comunicação seria complementada por uma campanha de apoio comunitário implementada por organismos da sociedade civil ativos em todo o país, a qual seria dirigida à juventude no sentido de reforçar mensagens como “um país, um povo”, bem como a tolerância em relação a outros grupos e a resolução de conflitos por meios não violentos.

É particularmente importante ter os jovens como grupo alvo para poder modificar as atitudes intergeracionais no que diz respeito à etnicidade. Os jovens são o grupo populacional mais facilmente mobilizado para a violência. Um sistema educativo global e deliberado, concebido para promover a integração e a coexistência e reforçar lições cívicas sobre cidadania e sobre o que significa ser uma nação, promovem o conceito de um povo comum com um destino comum. Por sua vez, uma campanha de marketing social faz chegar a mensagem unificadora diretamente ao povo, em vez de fazer passar por líderes étnicos ou políticos (que podem beneficiar das divisões percebidas). Uma tal campanha, no sentido dos esforços bem-sucedidos do legendário líder tanzaniano Julius Nyerere, contribuiria simultaneamente para a construção de uma identidade nacional comum (que ainda não existe em muitos países africanos) e impediria que os atores políticos manipulassem a questão étnica (RICOEUR, 2000).

Em complemento dos esforços para mudar normas culturais e políticas em torno da identidade é necessário criar e aplicar sanções àqueles atores que continuem a tentar explorar as diferenças étnicas com fins separatistas. Há dois grupos de grande importância neste aspecto: os órgãos de comunicação social e os políticos. As penalizações seriam consubstanciadas na forma de uma lei nacional que criminalizasse o incitamento às divergências étnicas por parte de atores políticos e funcionários públicos. Estas leis teriam então que ser postas em vigor. Um organismo independente quer fosse uma comissão eleitoral ou um conselho para os direitos humanos a exemplo da linha da CHRAJ do Gana teria a responsabilidade de investigar acusações de incitamento étnico – bem como a autoridade para avaliar penalizações, incluindo multas e a proibição de ocupar cargos públicos. O simbolismo de alguns casos tornados públicos teria uma grande influência na alteração destas normas.

Os meios de comunicação social desempenham um grande papel na comunicação de informação e de impressões à sociedade. Assim, eles têm a função, indispensável numa democracia, de promover o diálogo e o debate. Em alguns países africanos, infelizmente,

verifica-se frequentemente na prática que alguns meios de comunicação social são controlados por indivíduos politicamente influentes que não hesitam em explorar as divisões de identidade com o fim de promover os seus interesses – aumentando, assim, em muito a possibilidade de supostos conflitos étnicos. Os meios de comunicação social também têm o potencial de propagar um conflito local a nível nacional – aumentando a probabilidade de violência e tornando mais difícil o esforço de resolução. Dado o potencial que os meios de comunicação social têm de formar atitudes sociais e mobilizar massas, a maior parte das sociedades aceita a ideia de que estes devem reger-se por padrões de comportamento responsável. Estes padrões devem incluir a proibição de produzir programas que incitem à animosidade com base étnica. Mais uma vez, organismos de controle independentes, possivelmente em colaboração com consórcios de meios nacionais de comunicação social, devem ter autoridade para rapidamente investigar e aplicar fortes sanções contra agências de informação por terem violado os padrões contra o incitamento ao ódio.

A experiência na prevenção e no apaziguamento das tensões étnicas na África demonstrou como é importante fazer face a estes problemas o mais rapidamente possível. É mais eficaz – e menos custoso em termos sociais e financeiros - atenuar estas tensões antes de se tornarem agudas as divergências intergrupais e de ter eclodido a violência (fatos que, por sua vez, desencadeiam um novo ciclo mais polarizado de danos, medo, desconfiança e retaliação). A experiência também demonstra como é importante que os funcionários do governo tomem a sério toda e qualquer expressão de ameaça por parte de grupos (por exemplo, reclamações relativas a discriminação, denegrimento ou negação de direitos) e deem uma resposta imediata. Claro que tal pressupõe que o governo seja competente e esteja disposto a fazer face a estes conflitos e que não desempenhe um papel nas violências cometidas. A criação de um “ombudsman” de direitos humanos considerado como um ator imparcial que documenta e investiga reclamações de base étnica oferece o duplo benefício de um mecanismo que leva em consideração as reclamações de forma justa e que pode ajudar a atenuar as tensões antes que estas venham a explodir. O conhecimento de que existe um meio sistematizado através do qual as agressões podem ser julgadas de forma justa reduz a possibilidade dos indivíduos sentirem a necessidade deles próprios implementarem a aplicação de medidas corretivas. Por fim, evitar que as tensões étnicas escalem para níveis incontrolláveis exige que o setor de segurança tenha capacidade de resposta rápida quando surgem confrontos intergrupais. As forças policiais e militares devem ser treinadas de modo a

reagir de forma firme, mas imparcial que reforce a confiança na capacidade do Estado intervir de forma construtiva. Dado que a maior parte das ocorrências de violência étnica tem lugar a nível local – ao longo de uma linha fronteira entre comunidades vizinhas – é crucial que haja uma resposta rápida antes que sejam desencadeados outros fatores desestabilizadores (HAMMOUDA, 1995).

A natureza local destes desencadeadores étnicos, por outro lado, aponta para a necessidade de uma formação abrangente das forças de segurança. Cada jurisdição da polícia deve ter o conhecimento e a capacidade necessários para reagir adequadamente em ambientes com tensões étnicas, pois provavelmente serão os que providenciarão a primeira resposta. Por sua vez, poderão ser apoiados por forças militares (provavelmente ao nível da província) que, na maior parte dos casos, têm meios de transporte, comunicações e capacidade de fogo mais eficazes para controlar este tipo de situação. No entanto, a resposta inicial por parte da polícia é um fator de importância crucial ao se tentar moldar a evolução do confronto. A tendência humana é de reforçar as diferenças intergrupais. As sociedades civilizadas aprendem formas de evitar que estes impulsos se polarizem e redundem em violência. Entender as raízes políticas de muitos dos confrontos africanos pode ajudar-nos a focar e a redirecionar os nossos esforços de prevenção de conflitos – e, ao fazê-lo, melhorar a eficácia do conjunto de medidas corretivas que utilizamos, cujo número aumenta cada vez mais.

A criação de uma estrutura continental de alerta rápida, baseada na cooperação e na troca de informações entre a União Africana e as organizações sub-regionais é fundamental. O protocolo do Conselho da Paz e da Segurança da União Africana prevê a criação de um sistema continental de alerta rápida, disseminado em mecanismos regionais (artigo 12 do Protocolo, disponível no site www.african-union.org). Seria mais sábio, pelo fato dos recursos financeiros escassos tanto da União Africana quanto das organizações regionais, evitar de multiplicar o número de órgãos que têm a mesma função; tendo em vista que todos os órgãos regionais reconheceram a utilidade dos mecanismos de alerta rápida.

Conclusão

A leitura étnica dos conflitos africanos constitui realmente uma ofensa à África, dado que sugere que os Africanos adaptem-se mal a diversidade étnica. Certamente os prejuízos étnicos existem sobre o continente africano como por toda a parte. São nomeadamente

manifestos nas formas do humor. Pode-se pensar nomeadamente ao Jean-Miché Kankan no Camarões que soube, ao longo de toda a sua carreira, rir do Bamiléké, mas nunca num espírito malicioso, e alegrou todo o Camarões. Na realidade social, os casamentos interétnicos são moeda corrente enquanto que os costumes alimentares dos diferentes grupos étnicos que compõem a paisagem demográfica dos países se emprestam e se emprestam alegremente; um fenómeno que se observa em todos os países africanos. Poucas coisas talvez, mas estes elementos traduzem efetivamente o fato de que os Africanos adoram a sua diversidade.

Finalmente, o que os observadores devem saber, é que o verdadeiro desafio das lutas sangrentas que a África atravessa, está baseada na conquista do poder e dos privilégios econômicos que este poder representa. É, contudo, dramático constatar que gerações de homens e de mulheres frustradas pelo desequilíbrio social, adquiriram a sincera convicção que conquista do poder por todos os meios é não somente legítimo, mas, além disso, é o único meio para chegar ao progresso social. De modo que certas crueldades cessem de ser o privilégio dos marginalizados do poder para emprestar-se também como instrumento de liberação. Prejuízo que a questão étnica, como fator identidade por defeito, constitui um meio assim facilmente explorável. Mas este fato não deveria subscrever nenhum observador a justa análise dos conflitos.

Terminaria esta reflexão convidando os africanos a resolverem às justificativas dos conflitos somente pelas questões étnicas, sabendo que as severas realidades econômicas atuais têm uma grande parcela na geopolítica africana⁸. Convido-os a opor-se à chamada da etnia que não é construtiva, nem produtiva, mas aceleradora de miséria. Opor-se à chamada da etnia porque a etnia, como todos os outros fatores é uma identidade por defeito, é menos fundamental que pareça. A pertença étnica não garante ao indivíduo nem o seu estatuto social nem a sua segurança. Em vários países africanos, muitos oponentes que desapareceram ou escolheram o exílio eram bonito e efetivamente da mesma etnia que o detentor do poder. Mais fundamental ainda, a pertença étnica não é fiança de nenhuma virtude específica nem raiz de nenhum vício particular. Se o fator identidade por defeito pode provocar espontaneamente o sentimento de pertença, não garante a lealdade deste sentimento. As acusações sobre o modelo “traia a sua raça” ou “ele traia a sua etnia” constitui realmente um absurdo. Convido o Africano a opor-se à chamada da etnia, isso seria apenas para mostrar aos seus líderes e ao

⁸ A expressão “a chamada da etnia” é uma clara alusão à chamada da raça de Lionel Groulx..

mundo que sabe ver para além “por defeito”, que é bem consciente que a fonte verdadeira da sua condição está em outro lugar além da origem natal do seu compatriota.

A médio e a longo prazo a neutralização do potencial de manipulação do fator étnico para fins políticos exige uma estratégia de educação cívica sistemática que ajude na construção de uma identidade nacional comum, a qual ainda não existe em muitos países africanos.

Referências Bibliográficas

BANGOURA D. *L'Union africaine et les acteurs sociaux dans la gestion des crises et des conflits armés*. Paris: Lavoisier, 2006.

BERNARD, Lugan. *Les guerres d' Afrique: des origines à nos jours*. Paris: Rocher, 2013.

DAVID, Philippe. *A Costa de Marfim*. Paris: Karthala, 2000.

DOZON, Jean-Pierre. *L'Afrique à Dieu et à diable, États, ethnies et religion*. Paris: Ellipses, 2008.

GÉLINAS, Jacques. *E se o Terceiro mundo financiasse-se*. Da dívida à poupança. Paris: As Edições Écosociété, 1994.

GOUREVITCH, Philippe. *Temos o prazer de informá-los que amanhã matar-nos-emos com as nossas famílias*. Paris: Denoël, 1998.

HAMMOUDA, Hakim Ben. *Burundi*. História econômica e política de um conflito. Paris: L'Harmattan, 1995.

HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismos desde 1780*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LACEY, Marc. Guerra étnica entre árabes e negros devasta Sudão. *The New York Times*. 2004. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/nytimes/ult574u3968.jhtm>>. Acesso em: 4 maio, 2008.

LUGAN Bernard. *Histoire de l'Afrique. Des origines à nos jours*. Paris: Ellipses, 2009.

MATHIEU, Paul *et al.* Enjeux fonciers et violences en Afrique: la prévention des conflits en se servant du cas du Nord-Kivu (1940-1994). *Réforme agraire*, n° 2, p. 33-42, 1998.

MIRANDA Luiz Francisco Albuquerque de. Matizes do selvagem no pensamento ilustrado: os primórdios da história humana e o debate entre Voltaire e Rousseau. *Anais... XVII ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA – O lugar da História*. ANPUH/SP-UNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004. Cd-rom.

QUESTIONS INTERNATIONALES. L’Afrique en mouvement. *La Documentation française*, Paris, n° 33, septembre-octobre, 2008.

QUESTIONS INTERNATIONALES. Les conflits en Afrique. *La Documentation française*, Paris, n° 5, janvier-février, 2004.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história esquecida*. Dakar: Editions Africaines, 2000.

ZIEGLER, Jean. *Os novos mestres do mundo e os que eles se opõem*. Faia: Bordeaux, 2002.

ARTIGO RECEBIDO EM: 28/03/2015
ARTIGO APROVADO EM: 29/06/2015